



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º _____, DE 2013 (Do Sr. PASTOR MARCO FELICIANO)

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Previdência Social sobre acidentes de trabalho e demais ocorrências decorrentes do trabalho em frigoríficos e empresas de abate e processamento de carnes e derivados.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50 da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Previdência Social sobre acidentes de trabalho e demais ocorrências decorrentes do trabalho em frigoríficos e empresas de abate e processamento de carnes e derivados, notadamente as listadas a seguir:

1. Quais os dados estatísticos acerca dos acidentes de trabalho ocorridos nos últimos três anos? Quanto deste quantitativo está relacionado a acidentes ocorridos em frigoríficos e empresas de abate e processamento de carnes e derivados?
2. Quais os dados estatísticos acerca de óbitos decorrentes de acidentes de trabalho ocorridos nos últimos três anos? Quanto deste quantitativo está relacionado a óbitos decorrentes de acidentes ocorridos em frigoríficos e empresas de abate e processamento de carnes e derivados?
3. Quais os dados estatísticos acerca dos acidentes de trabalho que resultaram em doença ocupacional ocorridos nos últimos três anos? Quanto deste quantitativo está relacionado a doença ocupacional relativa ao trabalho realizados em frigoríficos e empresas de abate e processamento de carnes e derivados?



CÂMARA DOS DEPUTADOS

4. Em qual ou quais estados e municípios da federação há uma maior incidência de casos relativos a acidentes de trabalho e doenças ocupacionais referentes ao trabalho realizado em frigoríficos e empresas de abate e processamento de carnes e derivados?

JUSTIFICAÇÃO

O trabalho em frigoríficos e similares expõe os trabalhadores deste ramo empresarial diariamente a riscos, principalmente devido ao uso constante de instrumentos cortantes, e pela natureza do trabalho, que envolve a repetição de movimentos que podem gerar graves lesões e doenças, e também em decorrência do ambiente com temperaturas baixas, e baixa circulação de ar.

Os relatos levam à percepção de que a ocorrência de acidentes de trabalho nestes ambientes é recorrente, e que muitas vezes as normas mínimas de segurança e proteção à integridade física e mental do trabalhador não são respeitadas, criando um ambiente de trabalho insalubre que atenta contra os direitos fundamentais do trabalhador.

Esta realidade vigora no Brasil há anos, e se manifesta, inclusive, em alto volume de ações judiciais opostas por trabalhadores contra as empresas do setor, principalmente nos municípios que concentram estas atividades, revelando a existência de uma precarização do trabalho neste ramo empresarial.

Na tentativa de mitigar esta realidade, e garantir o atendimento aos direitos básicos dos trabalhadores dos frigoríficos e abatedouros no país, em abril do corrente ano, o Ministério do Trabalho e Emprego editou a Norma Regulamentadora n.º 36 (NR-36), estabelecendo regras quanto ao uso obrigatório de equipamentos de proteção individual, à concessão de pausas térmicas, ao ambiente de trabalho, dentre outras.

Entretanto, a mera edição de normas neste sentido, apesar de avanço considerável na busca pela garantia dos direitos destes trabalhadores, não é capaz de acabar com a exploração sofrida por eles, sendo necessária uma forte fiscalização das autoridades competentes para que a NR-36 reflita na realidade os avanços que pretende em seu texto.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Neste sentido, o presente Requerimento de Informação tem como objetivo requerer informações às autoridades competentes, notadamente o Ministério da Previdência Social sobre os dados de acidentes e doenças ocupacionais causadas pelo trabalho em frigoríficos e empresas de abate e processamento de carne e derivados, de forma a estabelecer um quadro sobre o impacto destes acidentes no sistema previdenciário, principalmente no que se refere a afastamentos e pensões.

A redução de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais ocasionados, principalmente, por extensas jornadas de trabalho, movimentos repetitivos e exposição à umidade e variações bruscas de temperatura só será alcançada se houver um empenho das autoridades públicas e dos setores da sociedade civil organizada de interesse em se manter vigilante no cumprimento das normas recentemente editadas. Para isso, a obtenção de dados estatísticos são primordiais para se ter a real dimensão dos problemas existente no setor.

Assim, dada a relevância do tema, peço o apoio do ilustre Presidente na aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, em de novembro de 2013.

Deputado PASTOR MARCO FELICIANO
PSC-SP